

OS REGISTROS DE ÓBITOS COMO FONTE HISTÓRICA: UMA CARTOGRAFIA SÓCIO-RACIAL DA POPULAÇÃO NEGRA PELOTENSE NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO (1888-1893)

MILENE DO NASCIMENTO PEREIRA¹; JONAS MOREIRA VARGAS²;

¹Universidade Federal de Pelotas – millene348nascimento@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jonasmvargas@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX, a historiografia sempre destacou a importância da escravização dos africanos e de seus descendentes na formação histórica de Pelotas. No primeiro recenseamento realizado para a vila, em 1833, 51% dos habitantes eram escravizados. Se somarmos aos libertos e aos indígenas, veremos que somente 36% da população pelotense naquela época foi considerada branca. Em 1875, os escravizados somavam mais de 8.100 pessoas e a área das charqueadas constituía-se em um dos locais com maior concentração de cativos do sul do Brasil. No início da década de 1880, Pelotas era o município rio-grandense com o maior número de pessoas escravizadas, tendo ultrapassado Porto Alegre (Vargas, 2013). Contudo, pouco se sabe a respeito dessa população após o 13 de maio de 1888. Tanto dos que foram libertos pela Lei Áurea, quanto daquelas pessoas negras que já nasceram livres ou conquistaram sua alforria ainda na época da escravidão. O Projeto “Os registros civis como fonte histórica: geo-referenciamento e cartografia social da população negra pelotense no Pós-abolição (1888-1920)”, coordenado pelo professor Jonas Vargas, busca utilizar os registros civis de nascimento, casamento e óbito de Pelotas para estudar essa população após o fim da escravidão. Alguns projetos das elites municipais buscaram afastar essa população do centro da cidade, proibindo a formação de cortiços ou destruindo os existentes. No entanto, a análise das mencionadas fontes mostra que a população negra da época resistiu a essas políticas e continuou morando no centro da cidade. Nesse sentido, vinculado ao mesmo projeto, nosso trabalho foca apenas nos registros de óbitos entre 1888 e 1893 e busca localizar essas pessoas, seus familiares, onde moravam e dar nomes a elas.

A Lei n. 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira no ensino básico colaborou com o crescimento dos estudos tanto da História da África quanto o período da escravidão e do pós-abolição no Brasil. Contudo, o “pós-abolição” não pode ser apenas entendido como o período cronológico posterior ao fim da escravidão negra no Brasil. Nesse sentido, de acordo com Hebe Mattos e Ana Lugão Rios, pensamos o pós-abolição como problema histórico, ou seja, como um momento de redefinição das questões de cidadania, racialização, liberdade e conquistas de direitos, que variavam de região para região e estiveram sempre em transformação. O imediato pós-abolição tratou-se de uma conjuntura favorável à iniciativa das pessoas negras livres e egressas do cativeiro, que buscaram defender seus interesses pessoais e coletivos, manter suas conquistas, estabelecer redes de alianças, de forma comunitária e parental (LONER, 2001; SILVA, 2011). Nesse sentido, não cabe mais pensar, como fizeram os intelectuais brasileiros dos anos 1950 e 1960, apenas na vitimização da população negra no pós-13 de maio, pois isso os inseria em um estado de anomia social e subalternização passiva que os mesmos não se colocaram (Mattos e Rios, 2004).

Outro conceito importante é a noção de “resistência” trazida pelos historiadores da história social da escravidão a partir dos anos 1980 (Reis e Silva, 1988). Superando a ideia de que resistência era representada somente pelo ato da fuga, formação de quilombos ou assassinato dos seus senhores, essa nova noção, amparada nos estudos de Edward Thompson sobre os trabalhadores ingleses na Era das Revoluções, valoriza a resistência cotidiana dessas pessoas em busca da melhora de suas condições de vida. Ela era pautada por relações de negociação e conflito diários que colocavam em oposição os anseios de autonomia dos trabalhadores contra a coação e fiscalização imposta a eles. No entanto, essa resistência não passava apenas pelas relações de trabalho, uma vez que manter as suas práticas religiosas ancestrais, organizar suas irmandades e festas, defender a permanência dos seus laços familiares e de solidariedade, lutar pela conquista da carta de alforria, entre outros aspectos, também passou a ser visto como resistência. (Machado, 2022; Moreira, 2006). Nesse sentido, nos pós-abolição, manter-se com suas moradias no centro da cidade, com seus trabalhos e relações sociais estabelecidas a partir dele, com suas famílias, também foi uma forma de resistir aos novos tempos da República.

2. METODOLOGIA

O grande problema de se estudar as camadas populares mais desfavorecidas é que elas deixaram menos documentos do que as elites e os grupos intermédios. Contudo, a morte chegava para todas as pessoas e o Estado precisava controlar esses números. Nesse sentido, a população negra pode ser mapeada por intermédio da pesquisa nessas fontes. Um exemplo de um registro de óbito pode ser dado a partir dessa transcrição: “Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de mil oitocentos e oitenta e nove, neste primeiro distrito de paz, da paróquia de São Francisco de Paula, município de Pelotas, província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em meu cartório, compareceu Guilherme Vieira da Silva, natural desta província, casado, armador, de cor branca, livre, residente nesta cidade e paróquia, exibindo atestado médico do Doutor Barão de Itapitocahy, certificando haver falecido hoje às 3 horas da tarde, nesta cidade e distrito à rua Vinte e cinco de Março, casa número vinte e três (placa), de morte natural, moléstia física pulmonar, Dona Emerenciana Monteiro dos Anjos, natural desta província, de cor parda, com trinta e cinco anos de idade, solteira, liberta, residente na dita casa, lavadeira, filha natural de Angelica Firmina de Sá, também desta província, de cor parda, liberta, residente nesta cidade, e vai ser sepultada no público cemitério desta paróquia. Não deixou testamento e sim os seguintes filhos naturais: Antônio, de nove anos, Antenor e Angelica, gêmeos, de oito anos, Judithe, de seis anos e Maria, de cinco anos, todos cinco naturais desta paróquia, de cor parda, residentes em dita casa, e livres. E por constar fiz esse termo que (...)”

Os dados extraídos desse documento podem ser usados por métodos quantitativos e qualitativos. Atualmente estão sendo tabuladas em uma planilha Excel for Windows as informações contidas nos livros de registros de óbitos dos cartórios do 1º distrito de Pelotas, entre 14 de maio de 1888, um dia depois da a abolição da escravidão, até maio de 1893, reunindo registros de 5 anos. Ao todo serão analisados 7 livros disponíveis no site dos mórmons que abarcam esse período. Dados como gênero, idade, local de moradia, cor, profissão, causa da morte, entre outros, serão quantificados par que possamos ter uma ideia de quem

eram as pessoas e famílias negras que moravam no 1º distrito de Pelotas na época. Paralelo à análise quantitativa, será realizada uma análise qualitativa dos registros, pois eles são muitos ricos em informações. Muitas vezes os escrivães acabavam anotando dados que nos permitem reconstituir a história de algumas famílias, de casais e de trabalhadores, nos auxiliando a perceber as estratégias de sobrevivência das pessoas egressas do cativeiro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento, podemos perceber que os registros reúnem uma grande quantidade de pessoas classificadas como pretas e pardas nos registros de óbitos. Entre os homens, existe um número variado de ocupações, mas destacamos aqui o que eram trabalhadores das charqueadas. Entre as mulheres, localizamos lavadeiras, cozinheiras, serviço doméstico, entre outras. Até hoje não existe uma pesquisa que tenha utilizado dessas fontes e estabelecido esse perfil. A análise qualitativa nos permitiu conhecer os casos de algumas famílias que residiam em Pelotas na época. No que diz respeito aos casos até aqui identificados, destacamos três deles, encontrados nos registros que datam de 1890-1891.

O primeiro caso corresponde ao registro de Isidoro Braga, identificado como preto, cozinheiro, liberto e residente na região do Passo dos Negros. Faleceu aos 60 anos de idade em decorrência de cólera. A particularidade de seu registro está na referência à naturalidade africana, o que sugere que ele foi trazido ao Brasil ainda no período da escravidão, provavelmente tendo trabalhado como cativo na região antes de conquistar sua liberdade. Tal dado reforça a permanência da presença africana direta no espaço urbano pelotense mesmo décadas após a proibição do tráfico transatlântico.

O segundo caso é o de Maria Angélica Daltro, identificada como parda e liberta, falecida aos 10 anos de idade em virtude de pneumonia. Seu registro apresenta dois elementos que merecem destaque. Em primeiro lugar, a menina é identificada como filha legítima, concebida dentro de um casamento civil, o que se mostra incomum frente às restrições sociais impostas à população negra naquele contexto. Em segundo lugar, embora seus pais – Maria do Rosário Daltro e Rodolpho Siqueira Daltro – sejam classificados como pretos, a filha foi registrada como parda. Tal contradição pode ser interpretada como indício do processo de “branqueamento” social presente nos registros, possivelmente associado a estratégias familiares de ascensão social.

O terceiro caso refere-se a Maria Bertolini, também registrada como parda e liberta, falecida aos 45 anos em decorrência de “amolecimento cerebral”. Assim como Maria Angélica, ela foi classificada como filha legítima de Ana Maria da Conceição Fernandes, e, em vida, contraiu matrimônio com o imigrante italiano Francisco Domingos Bertolini, de 80 anos de idade. O casamento inter-racial evidencia a complexidade das relações sociais no pós-abolição, nas quais vínculos conjugais, alianças familiares e estratégias individuais de sobrevivência desempenharam papel fundamental na construção de novas formas de inserção social da população negra no espaço urbano pelotense.

4. CONCLUSÕES

O trabalho evidencia que os registros de óbitos constituem-se em fonte preciosa para o estudo do mediatos pós-abolição em Pelotas, pois eles trazem informações passíveis de serem quantificadas ou analisadas qualitativamente. A partir do primeiro método é possível traçar um perfil dessa população, reunindo dados referentes ao gênero, idade, profissão, cor e moradia das pessoas. Pelo segundo, podemos reconstituir a história de algumas famílias e saber um pouco mais de suas experiências cotidianas e a forma como resistiram às políticas municipais que buscavam afastá-las do centro da cidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MACHADO, Maria Helena PT. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Edusp, 2022.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. Topoi (Rio de Janeiro), v. 5, 2004, p. 170-198.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justicando o cativo: a cultura de resistência escrava. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira (dir.). História Geral do Rio Grande do Sul: Império. Vol. 2. Porto Alegre: Méritos, 2006. p. 215-230.
- MOURA, Rosa Maria Rolim de. Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): Entre políticas públicas e investimentos privados. Porto Alegre, 2006. 248 f. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Porto Alegre: 2006.
- GUTIERREZ, Ester. Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Pelotas: Universitária, 2004.
- LONER, Beatriz. Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888 1930). Pelotas: UFPel, 2001.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e conflito. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SILVA, Fernanda Oliveira da. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em pelotas (1820- 1943). Dissertação de Mestrado (História). Porto Alegre: PUCRS, 2011.
- VARGAS, Jonas Moreira. “Pelas margens do Atlântico”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, PPGHIS-UFRJ, 2013.
- VIEIRA, Daniele Machado. Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação de 221 Mestrado em Geografia (POSGEA). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre: 2017.